

- 31) De acordo com o Regulamento de Administração da Aeronáutica (RCA 12-1), os prazos para as transmissões definitivas ou interinas de cargo, encargos ou funções e a entrega de bens, valores e dinheiros, dos agentes e dos servidores de níveis equivalentes, têm, a contar a data da publicação em boletim interno da dispensa do agente substituído, a seguinte duração, **exceto** até:
- a) 30 dias úteis, quando se tratar de Agente Diretor.
 - b) 15 dias úteis, quando houver bens ou valores a transmitir.
 - c) 08 dias úteis, quando não houver bens ou valores a transmitir.
 - d) 25 dias úteis, quando se tratar de ACI ou agente ou servidor de nível equivalente detentor de bens ou valores, nos quais pode se evidenciar a necessidade da realização de um inventário, inclusive, com a constituição de comissão específica, dependendo do vulto e da qualificação dos bens ou valores.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA B)

(De acordo com o RCA 12-1, Parte Geral, Livro II, Título II, Capítulo IV, Art. 92, Inciso IV).

Os prazos para as transmissões definitivas ou interinas de cargo, encargos ou funções e a entrega de bens, valores e dinheiros, dos agentes e dos servidores de níveis equivalentes, a contar a data da publicação em boletim interno da dispensa do agente substituído quando houver bens ou valores a transmitir serão de 10 dias úteis e não 15 dias úteis.

Os prazos para as transmissões definitivas ou interinas de cargo, encargos ou funções e a entrega de bens, valores e dinheiros, dos agentes e dos servidores de níveis equivalentes, a contar a data da publicação em boletim interno da dispensa do agente substituído quando se tratar de Agente Diretor serão de 30 dias úteis.

Os prazos para as transmissões definitivas ou interinas de cargo, encargos ou funções e a entrega de bens, valores e dinheiros, dos agentes e dos servidores de níveis equivalentes, a contar a data da publicação em boletim interno da dispensa do agente substituído quando não houver bens ou valores a transmitir serão de 08 dias úteis.

Os prazos para as transmissões definitivas ou interinas de cargo, encargos ou funções e a entrega de bens, valores e dinheiros, dos agentes e dos servidores de níveis equivalentes, a contar a data da publicação em boletim interno da dispensa do agente substituído quando se tratar de ACI ou agente ou servidor de nível equivalente detentor de bens ou valores, nos quais pode se evidenciar a necessidade da realização de um inventário, inclusive, com a constituição de comissão específica, dependendo do vulto e da qualificação dos bens ou valores serão de 25 dias úteis.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica (SEFA). **Portaria nº 2189/GC3**, de 29 dezembro de 2014. Aprova a reedição do **Regulamento de Administração da Aeronáutica (RADA) - RCA 12-1**. Diário Oficial da União de 30 de dezembro de 2014. Brasília, DF, 2014. BCA nº 64, de 07 de abril de 2015.

- 32) De acordo com o Regulamento de Administração da Aeronáutica (RCA 12-1/2014), entre os vários princípios que conduzem a administração pública federal o princípio constitucional que impõe ao Administrador Público a “busca permanente da melhor alocação possível dos recursos públicos” para alcançar os objetivos planejados é o Princípio da
- a) Eficiência.
 - b) Moralidade.
 - c) Publicidade.
 - d) **Economicidade.**

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA D)

(De acordo com o RCA 12-1, Parte Geral, Livro I, Título I, Capítulo II, Art. 3º).

O Princípio da economicidade é o princípio constitucional que impõe ao Administrador Público a “busca permanente da melhor alocação possível dos recursos públicos” para alcançar os objetivos planejados (Inciso CXXIX).

O Princípio da eficiência impõe ao Administrador Público a procura de produtividade e economicidade e, o que é mais importante, a exigência de reduzir os desperdícios de dinheiro público, o que impõe a execução dos serviços com presteza, perfeição e rendimento funcional. (Inciso CXXX).

O Princípio da moralidade é o princípio que impõe ao Administrador Público que não dispense os preceitos éticos que devem estar presentes em sua conduta. (Inciso CXXXII).

O Princípio da publicidade é o princípio que define que os atos da Administração devem merecer a ampla divulgação possível entre os administrados e isso porque constitui fundamento do princípio propiciar-lhes a possibilidade de controlar a legitimidade da conduta dos agentes da administração. (Inciso CXXXIV).

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica (SEFA). **Portaria nº 2189/GC3**, de 29 dezembro de 2014. Aprova a reedição do **Regulamento de Administração da Aeronáutica (RADA) - RCA 12-1**. Diário Oficial da União de 30 de dezembro de 2014. Brasília, DF, 2014. BCA nº 64, de 07 de abril de 2015.

- 33) De acordo com procedimentos utilizados na execução dos toques de corneta, clarim e apito, é correto afirmar, **exceto**:
- a) o toque de corneta, clarim ou apito é o meio usado para anunciar a chegada, a saída ou a presença de uma autoridade em uma Organização Militar.
 - b) o toque de corneta, clarim ou apito é o meio usado para anunciar a chegada, a saída ou a presença de uma autoridade por ocasião de sua aproximação de uma tropa.
 - c) só é dado toque para anunciar a chegada ou saída de uma autoridade superior à mais alta presente, quando esta entrar ou sair de estabelecimento cujo Comandante for de posto inferior ao seu.
 - d) **quando em um mesmo quartel, estabelecimento ou fortificação, tiverem sede duas ou mais Organizações Militares e seus Comandantes, Chefes ou Diretores entrarem ou saírem juntos do local, deverão ser executados os toques de cada Comandante respeitando a precedência hierárquica.**

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA D)

De acordo com o artigo 80 do RCONT, o toque de corneta, clarim ou apito é o meio usado tanto para anunciar a chegada, a saída ou a presença de uma autoridade em uma Organização Militar quanto por ocasião de sua aproximação de uma tropa. Dessa forma, **as alternativas “A” e “B” permanecem corretas.**

O parágrafo único do artigo 81 do RCONT afirma que só é dado toque para anunciar a chegada ou saída de autoridade superior à mais alta presente, quando esta entrar ou sair de estabelecimento cujo Comandante for de posto inferior ao seu, dessa forma, **a alternativa “C” está correta.**

De acordo com o artigo 82 do RCONT, quando em um mesmo quartel, estabelecimento ou fortificação, tiverem sede duas ou mais Organizações Militares e seus Comandantes, Chefes ou Diretores entrarem ou saírem juntos do local, o toque corresponderá ao de maior precedência hierárquica e **não** deverão ser executados os toques de cada Comandante respeitando a precedência hierárquica. **Dessa forma, a alternativa “D” está incorreta.**

BRASIL. Ministério da Defesa. Gabinete do Ministro. **Portaria Normativa nº 660/MD**, de 19 de maio de 2009. Aprova o **Regulamento de Continência, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas – RCONT**. Diário Oficial da União de 21 de maio de 2009. Brasília, DF, 2009.

34) Leia as assertivas abaixo que tratam sobre os sinais de respeito previstos no RCONT.

- I. Sempre que um militar precisar sentar-se ao lado de um superior, deve solicitar-lhe a permissão.
- II. Em situações normais, quando dois militares se deslocam juntos, sem entrar em forma, o de menor antiguidade dá sua direita ao superior.
- III. Quando mais de dois militares se deslocam em conjunto, fora de forma, o mais antigo fica no centro, distribuindo-se os demais segundo suas antiguidades, alternadamente à direita e à esquerda do mais antigo.
- IV. Para falar formalmente a um Oficial General da Aeronáutica, o tratamento é “Vossa Excelência” ou “Senhor Brigadeiro”; nas relações correntes de serviço, no entanto, é admitido o tratamento de “Brigadeiro”, sendo proibido o uso de “Senhor”.

São corretas **apenas** as assertivas:

- a) I e II.
- b) III e IV.
- c) I, II e III.**
- d) I, III e IV.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA D)

A assertiva I está correta, uma vez que, de acordo com o artigo 13 do RCONT, sempre que um militar precisar sentar-se ao lado de um superior, deve solicitar-lhe a permissão.

A assertiva II está correta, pois de acordo com o artigo 4º do RCONT, em situações normais, quando dois militares se deslocam juntos o de menor antiguidade dá a direita ao superior.

A assertiva III está correta, pois de acordo com o artigo 5º do RCONT, quando os militares se deslocam em grupo o mais antigo fica no centro, distribuindo-se os demais segundo suas precedências, alternadamente à direita e à esquerda do mais antigo.

A assertiva IV está incorreta, pois de acordo com o artigo 8º §2º do RCONT, para falar formalmente a um Oficial General da Aeronáutica, o tratamento é “Vossa Excelência” ou “Senhor Brigadeiro”; nas relações correntes de serviço, no entanto, é admitido o tratamento de “Brigadeiro”, ou ainda de “Senhor”. Dessa forma, o pronome de tratamento “Senhor” é permitido para falar a um oficial da Aeronáutica.

BRASIL. Ministério da Defesa. Gabinete do Ministro. **Portaria Normativa nº 660/MD**, de 19 de maio de 2009. Aprova o **Regulamento de Continência, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas – RCONT**. Diário Oficial da União de 21 de maio de 2009. Brasília, DF, 2009.

35) Com relação às Situações Especiais, assinale a alternativa correta.

- a) O militar que estiver agregado por mais de dois anos, por ter sido julgado incapaz temporariamente, mediante homologação de Junta Superior de Saúde, será reformado ex-officio.**
- b) A demissão *ex-officio* será aplicada ao Aspirante a Oficial que houver perdido a nacionalidade brasileira, por decisão do Conselho Permanente de Justiça, em tempo de paz.
- c) O militar desertor que se apresentar voluntariamente, ou for capturado e reincluído a fim de se ver processar, ficará na condição de excedente.
- d) O militar que for promovido por bravura, sem haver vaga no seu Corpo, Quadro, Arma ou Serviço, ficará na condição de agregado.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA A)

A alternativa “A” está correta, em conformidade com o inciso III do artigo 106 que preceitua:

Art. 106 – A reforma *ex-officio* será aplicada ao militar que:

III - estiver agregado por mais de dois anos, por ter sido julgado incapaz temporariamente, mediante homologação de Junta Superior de Saúde...

A alternativa “B” está incorreta, porque ao Aspirante a Oficial será aplicada a Exclusão, a bem da disciplina, conforme o inciso II do artigo 125.

A alternativa “C” está incorreta, porque o militar desertor que se apresentar voluntariamente, ou for capturado e reincluído a fim de se ver processar, ficará na condição de agregado.

A alternativa “D” está incorreta, porque o militar que for promovido por bravura, sem haver vaga no seu Corpo, Quadro, Arma ou Serviço, ficará na condição de excedente.

BRASIL. Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980. Dispõe sobre o **Estatuto dos Militares**. Diário Oficial da União de 11 de dezembro de 1981. Brasília, DF, 1981.

36) Por ocasião das Eleições Municipais, três militares do Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica (CIAAR) candidataram-se ao cargo de Vereador.

1 – 2º Tenente Thiago: militar com 04 anos de efetivo serviço / foi eleito.

2 – 1º Sargento Fialho: militar com 18 anos de efetivo serviço / não foi eleito.

3 – Cabo Antunes: militar com 11 anos de efetivo serviço / não foi eleito.

Após analisar os dados oferecidos acima, com fulcro no que preceitua o Estatuto dos Militares, é correto afirmar que o

a) 1º Sargento Fialho, ao se candidatar a cargo eletivo, foi excluído, *ex-officio*, do serviço ativo.

b) 1º Sargento Fialho, por não ter sido eleito, se apresentou e foi reincluído no efetivo do CIAAR.

c) Cabo Antunes foi afastado, temporariamente, do serviço ativo e agregado, considerado em licença para tratar de interesse particular.

d) 2º Tenente Thiago, no ato da diplomação, foi transferido para a reserva-remunerada, com a remuneração proporcional ao tempo de serviço.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA C)

A alternativa “C” está correta, em conformidade com o artigo 52, § único, letra “b”, que preceitua:

Art. 52 – Os militares são alistáveis...

Parágrafo único: Os militares alistáveis são elegíveis, atendidas as seguintes condições:

a) Se contar menos de 05 anos de serviço...

b) Se em atividade, com 05 ou mais anos de serviço, será, ao se candidatar a cargo eletivo, afastado, temporariamente, do serviço ativo e agregado, considerado em licença para tratar de interesse particular; se eleito, será, no ato da diplomação, transferido para a reserva-remunerada, percebendo a remuneração a que fizer jus em função do seu tempo de serviço.

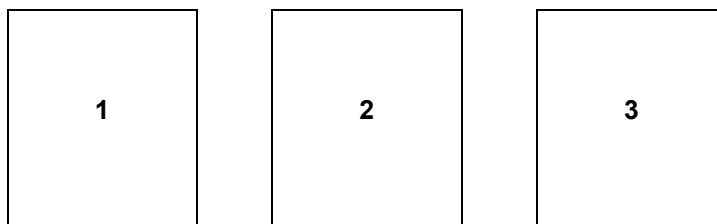
A alternativa “A” está incorreta, porque o 1º Sargento Fialho, por ter se candidatado a cargo eletivo, não foi excluído do efetivo de sua OM e sim, afastado temporariamente e agregado (conforme o artigo 52, § único, letra “b”).

A alternativa “B” está incorreta, porque pelo fato de não ter sido eleito, o 1º Sargento Fialho se apresentou na sua OM e foi enquadrado no processo administrativo denominado reversão e não reinclusão, uma vez que ao candidatar-se a cargo eletivo, ele não foi excluído do efetivo da sua OM e sim, agregado (conforme o artigo 52, § único, letra “a” e artigo 86).

A alternativa “D” está incorreta, porque o 2º Tenente Thiago, por contar com menos de 05 anos de efetivo serviço, ao se candidatar a cargo eletivo, foi excluído do serviço ativo, mediante demissão, *ex-officio* (conforme o artigo 52, § único, letra “a”).

BRASIL. Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980. Dispõe sobre o **Estatuto dos Militares**. Diário Oficial da União de 11 de dezembro de 1981. Brasília, DF, 1981.

37) Considere o desenho abaixo como o da galeria de retratos expostos no gabinete do Comandante, Chefe ou Diretor da Organização Militar.



De acordo com a numeração dos quadros na figura acima, assinale a alternativa que apresenta a correta distribuição dos retratos do Presidente da República, Ministro da Defesa e Comandante da Aeronáutica, respectivamente.

- a) 1 – 2 – 3.
- b) 3 – 2 – 1.
- c) 2 – 3 – 1.
- d) 2 – 1 – 3.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA A)

De acordo com o artigo 333, § 1º, I, bem como o anexo E do RISAER, a distribuição dos retratos da esquerda para a direita será feita da seguinte forma: Presidente da República, Ministro da Defesa e Comandante da Aeronáutica. A única alternativa que apresenta a sequência correta é a alternativa A.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior das Forças Armadas. Portaria nº 1.270/GC3, de 3 de novembro de 2005. Aprova a edição do **RCA 34-1 “Regulamento Interno dos Serviços da Aeronáutica (RISAER)”**. Diário Oficial da União de 4 de novembro de 2005. Brasília, DF, 2005.

38) De acordo com o preconizado no Regulamento Interno dos Serviços da Aeronáutica (RCA 34-1) e na Lei nº 13.109, de 25 de março de 2015, quanto aos afastamentos temporários do serviço, assinale a afirmativa **incorreta**.

- a) A Licença para Tratamento de Saúde Própria tem duração mínima de um mês e máxima de um ano, prorrogáveis por períodos de iguais limites.
- b) O Major-Brigadeiro Aviador Sortudo, por desejar gozar suas férias regulamentares na Europa, deverá requerer tal direito ao Comandante-Geral do Pessoal.
- c) A Capitã Engenheira Rosalinda apresentou o Termo Judicial comprovando a adoção de uma criança de seis anos de idade. Por conseguinte, tal oficial passa a ter direito a trinta dias de Licença Maternidade, com possibilidade de prorrogação por mais quinze dias, mediante requerimento.
- d) Caso seja concedida Licença para Tratamento de Saúde Própria ao Major Intendente Alívio, com duração de dois meses, este militar deverá ser exonerado do cargo ou dispensado das funções que exerce, excluído do efetivo e passar à situação de adido à mesma Organização Militar.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA A)

A alternativa “A” responde ao enunciado, **por se encontrar incorreta**, pois a Licença para Tratamento de Saúde Própria tem duração mínima de quinze dias e máxima de seis meses, prorrogáveis por períodos de iguais limites. (RISAER, Título V, Capítulo I, Seção III, Art. 271).

A alternativa “B” encontra-se correta, pois o militar pode gozar suas férias no exterior, mediante requerimento à autoridade competente. As autoridades competentes para conceder tal autorização são:

- Comandante da Aeronáutica - para os Tenentes-Brigadeiros;
- Comandante-Geral do Pessoal - para os Majores-Brigadeiros e Brigadeiros; e
- Comandantes, Chefes ou Diretores de OM - para os demais militares que lhe são diretamente subordinados. (RISAER, Título V, Capítulo II, Art. 292).

A alternativa “C” encontra-se correta, pois, conforme Item III do Art. 281, a militar terá direito a trinta dias de Licença Maternidade, no caso de adoção de criança a partir de quatro até oito anos, além da possível prorrogação, por mais quinze dias, mediante requerimento, conforme preconiza o 2º parágrafo do artigo 3º da Lei nº 13.109, de 25 de março de 2015. (RISAER, Título V, Capítulo I, Seção V, Art. 281; e Lei nº 13.109, de 25 de março de 2015).

A alternativa “D” encontra-se correta, pois a Licença para Tratamento de Saúde Própria, uma vez concedida com duração superior a trinta dias, implica que o militar seja exonerado do cargo ou dispensado das funções que exerce, excluído do efetivo e passe à situação de adido à mesma OM. (RISAER, Título V, Capítulo I, Art. 252).

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior das Forças Armadas. Portaria nº 1.270/GC3, de 3 de novembro de 2005. Aprova a edição do **RCA 34-1 “Regulamento Interno dos Serviços da Aeronáutica (RISAER)”**. Diário Oficial da União de 4 de novembro de 2005. Brasília, DF, 2005.

BRASIL. Lei nº 13.109, de 25 de março de 2015. **Dispõe sobre a licença à gestante e à adotante, as medidas de proteção à maternidade para militares grávidas e a licença-paternidade, no âmbito das Forças Armadas**. Diário Oficial da União de 26 de março de 2015. Brasília, DF.

39) Numa tarde de domingo, assistindo pela televisão ao jogo da Copa do Mundo entre Brasil e Alemanha, o Suboficial Euclides começou a sentir dor no peito e fortes dores de cabeça e foi levado, por sua esposa, ao Serviço de Saúde da Aeronáutica. Chegando ao setor de emergência, ele foi atendido pelo Enfermeiro de Dia – 2º Sargento Anjo – que verificou os seus sinais vitais e percebeu que o Suboficial Euclides estava com uma crise hipertensiva, uma vez que a sua pressão arterial era de 200/140 mmHg. Imediatamente, o Sargento Anjo comunicou o fato ao 1º Tenente Médico Santos – Médico de Dia, da especialidade de cardiologia. Em virtude de também estar assistindo ao jogo, o 1º Tenente Médico Santos determinou ao Sargento Anjo que retornasse à emergência e disse que somente iria atender o paciente no intervalo do jogo, que se encontrava aos 25 minutos do primeiro tempo. Nesse ínterim, a condição de saúde do Suboficial Euclides se agravou e ele foi acometido por um Acidente Vascular Cerebral. Quando terminou o primeiro tempo do jogo e o 1º Tenente Médico Santos compareceu para prestar o atendimento médico, verificou que o paciente estava em coma e determinou a sua internação na Unidade de Tratamento Intensivo (UTI). A esposa do Suboficial Euclides levou o fato ao conhecimento do Chefe do Serviço de Saúde – Coronel Médico Austero – relatando a demora no atendimento, que culminou com o agravamento do quadro de saúde do seu marido. O Coronel Austero determinou ao Major Médico Leal – Chefe do 1º Tenente Médico Santos – que abrisse o Formulário de Apuração de Transgressão Disciplinar (FATD) em desfavor do referido Oficial Médico.

Com base na situação descrita e em observância ao que preceitua o RDAER, marque abaixo a proposta de punição disciplinar que o Major Médico Leal deverá apresentar ao Coronel Médico Austero, ao final do processo de apuração, para ser imposta ao 1º Tenente Médico Santos.

- a) Repreensão, em público, por escrito.
- b) Dois dias de prisão comum.**
- c) Vinte dias de detenção.
- d) Dez dias de detenção.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA B)

Por ter deixado de prestar o imediato atendimento ao Suboficial Euclides, este teve o quadro de saúde agravado e a sua vida colocada em risco. Portanto, o 1º Tenente Médico Santos cometeu uma Transgressão Disciplinar Grave e as transgressões disciplinares classificadas como graves – independentemente da pessoa do transgressor e das circunstâncias que condicionaram o fato – devem ser punidas com, no mínimo, 01 dia de prisão comum. Assim sendo, dentre as alternativas oferecidas, a única que contém a punição disciplinar de prisão comum é a alternativa “B”, que se configura como correta. (RDAER, art. 12, parágrafo único, letra f; combinado com o art. 37, inciso 1, “letra c”).

A alternativa “A” está incorreta, porque o 1º Tenente Médico Santos cometeu uma Transgressão Disciplinar Grave e as transgressões disciplinares classificadas como graves devem ser punidas com, no mínimo, 01 dia de prisão comum. A Repreensão, em público, por escrito, se aplica às transgressões disciplinares classificadas como leves ou médias.

A alternativa “C” está incorreta, porque o 1º Tenente Médico Santos cometeu uma Transgressão Disciplinar Grave e as transgressões disciplinares classificadas como graves devem ser punidas com, no mínimo, 01 dia de prisão comum. A punição de vinte dias de detenção se aplica às transgressões disciplinares classificadas como médias.

A alternativa “D” está incorreta, porque o 1º Tenente Médico Santos cometeu uma Transgressão Disciplinar Grave e as transgressões disciplinares classificadas como graves devem ser punidas com, no mínimo, 01 dia de prisão comum. A punição de dez dias de detenção se aplica às transgressões disciplinares classificadas como leves ou médias.

BRASIL. Ministério da Aeronáutica. **Decreto nº 76.322, de 22 de setembro de 1975.** Aprova o **Regulamento Disciplinar da Aeronáutica (RDAER)**. Diário Oficial da União de 23 de setembro de 1975. Brasília, DF, 1975.

BRASIL. **Portaria nº 782/GC3, de 10 de novembro de 2010.** Aprova a **regulamentação da sistemática de apuração de transgressão disciplinar e da aplicação da punição disciplinar**. Boletim do Comando da Aeronáutica (BCA), nº 193, de 15 de outubro de 2009. Brasília, DF.

40) Com relação às Punições Disciplinares, analise as situações apresentadas abaixo e assinale a alternativa correta.

- a) Quando houver decorrido dez anos de efetivo serviço, sem qualquer outra punição, a contar da última punição imposta e houver o reconhecimento dos bons serviços prestados pelo militar punido, o Comandante de uma Organização Militar poderá relevar a punição imposta.
- b) Quando o Comandante de uma Organização Militar entender que a punição imposta, por seu subordinado, ao militar transgressor já surtiu o efeito desejado, ele poderá atenuar o restante da punição.
- c) Quando o Comandante de uma Organização Militar entender que a punição imposta, por seu subordinado, ao militar transgressor foi excessiva, ele poderá cancelar a punição.
- d) Quando o Comandante de uma Organização Militar entender que a punição imposta, por seu subordinado, ao militar transgressor foi injusta, ele poderá anular a punição.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA D)

A alternativa “D” está correta, uma vez que o Comandante da Organização Militar é autoridade competente para anular as punições impostas por ela mesma ou por seus subordinados, a militares que sirvam sob o seu comando, quando reconhecerem ou tiverem ciência da ilegalidade, da irregularidade, da injustiça ou da inoportunidade da aplicação da punição. (RDAER, art. 42, nº 2, letra b; combinado com o art. 48).

A alternativa “A” está incorreta, porque quando houver decorrido dez anos de efetivo serviço, sem qualquer outra punição, a contar da última punição imposta e houver o reconhecimento dos bons serviços prestados pelo militar punido, o Comandante de uma Organização Militar poderá cancelar a punição imposta.

A alternativa “B” está incorreta, porque quando o Comandante de uma Organização Militar entender que a punição imposta, por seu subordinado, ao militar transgressor já surtiu o efeito desejado, ele poderá relevar o restante da punição.

A alternativa “C” está incorreta, porque quando o Comandante de uma Organização Militar entender que a punição imposta, por seu subordinado, ao militar transgressor foi excessiva, ele poderá atenuar a punição.

BRASIL. Ministério da Aeronáutica. **Decreto nº 76.322, de 22 de setembro de 1975**. Aprova o **Regulamento Disciplinar da Aeronáutica (RDAER)**. Diário Oficial da União de 23 de setembro de 1975. Brasília, DF, 1975.

BRASIL. **Portaria nº 782/GC3, de 10 de novembro de 2010**. Aprova a **regulamentação da sistemática de apuração de transgressão disciplinar e da aplicação da punição disciplinar**. Boletim do Comando da Aeronáutica (BCA), nº 193, de 15 de outubro de 2009. Brasília, DF.